

---

# X Revista do CEPEJ

---

Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade  
de Direito da Universidade Federal da Bahia

---





UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE DIREITO

---

# X Revista do CEPEJ

---

Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade  
de Direito da Universidade Federal da Bahia

---

Salvador-Ba

2009

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL DO CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JURÍDICAS DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade de seus autores. Os originais não serão devolvidos, embora não publicados. Os artigos são divulgados no idioma original ou traduzidos.

Tiragem: 150 exemplares.

Distribuição: Todo o Território Nacional

Revista do CEPEJ, v.1 – 1988. - Salvador: Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia - CEPEJ, 2009

324 f.

v. 10

Semestral

ISSN 1981-6758

1.Direito – Periódico

CDD 340.05

# CEPEJ

## DIRETORIA

**Presidente:** Carolina Grant Pereira

**Vice-Presidente:** Juliano Augusto Pie Brotto

**1ª Secretária:** Mariana Tourinho Stolze Matos

**2º Secretário:** Efon Batista Lima

**Tesoureiro:** Carlos Augusto Medeiros Nunes Júnior

## MEMBROS

Augusto Reis Souza

Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos

Clarissa Rohenkohl E. Santos

Fernando Carlos O. Silva

Fernando Nunes de Miranda

Filipe Ramos Uaquim

Francisco José Portela Neto

Juliana Aguiar Cunha

Max da Silva Bandeira

Ruy Florêncio Teixeira Júnior

Samira Oliveira Noronha

Silas Oliveira de Lima

Yves West Behrens



# X REVISTA DO CEPEJ

- 
- COORDENADORES**
- Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho
  - Selma Pereira de Santana
  - Saulo José Casali Bahia

---

**AUTORES**

- 
- Corpo docente**
- Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho
  - Selma Pereira de Santana
  - Saulo José Casali Bahia

- 
- Corpo discente**
- Ana Carine Barros Ribeiro
  - Ana Carolina Belitardo de Carvalho Miranda
  - Analu Paim Cirne
  - Bruno Choairy Cunha de Lima
  - Camilo de Oliveira Carvalho
  - Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos
  - Clara Meira Costa Sampaio
  - Daniel Pires Novais Dias
  - Fernando Nunes de Miranda
  - Francisco José Portela Neto
  - Fredson Oliveira Carneiro
  - Marcos Augusto Nascimento Passos
  - Max Bandeira
  - Moisés Moreira Vieira
  - Tiago de Oliveira Rummler

- 
- Bacharéis em Direito**
- Patrícia Pinheiro Silva

- 
- COMISSÃO ORGANIZADORA**
- Augusto Reis Souza
  - Carolina Grant Pereira
  - Efsen Batista Lima
  - Fernando Carlos O. Silva
  - Filipe Ramos Uaquim
  - Francisco José Portela Neto
  - Max da Silva Bandeira

- 
- CORPO TÉCNICO**
- Ramanita Albuquerque
  - Simone Guimarães
-





# SUMÁRIO

Nota da Presidente .....	17
Prólogo .....	19

## ARTIGOS DO CORPO DOCENTE

### Capítulo I

<b>Assédio Sexual: questões conceituais</b> .....	23
<b>Rodolfo Pamplona Filho</b>	
1. Introdução – objetivo do trabalho .....	23
2. Conceito .....	23
3. Denominação .....	24
4. O Assédio Sexual como um Ato Ilícito .....	25
5. Elementos caracterizadores .....	27
5.1. Sujeitos .....	29
5.2. Conduta de natureza sexual .....	30
5.3. Rejeição à conduta do agente .....	31
5.4. Reiteração da conduta .....	33
6. Espécies .....	34
6.1. Assédio sexual por chantagem (“assédio sexual <i>quid pro quo</i> ”) .....	34
6.2. Assédio sexual por intimidação (“assédio sexual ambiental”) .....	34
7. A questão da culpa concorrente .....	35
7.1. Culpa Concorrente <i>stricto sensu</i> .....	38
7.2. O conluio entre vítima e assediante .....	39
8. Poder e assédio sexual .....	40
8.1. Notoriedade pública e assédio sexual .....	41
9. Assédio sexual e abuso sexual .....	42
10. Tentativa de assédio sexual .....	43
11. Considerações Finais .....	44
12. Referências Bibliográficas .....	45

### Capítulo II

<b>Análise comparativa dos sistemas judiciários brasileiro e norte-americano</b> .....	47
<b>Saulo José Casali Bahia</b>	
1. Semelhanças e diferenças entre a <i>civil law</i> (tradição jurídica continental europeia) e a <i>common law</i> (tradição jurídica britânica e norte-americana) .....	47
2. A constituição brasileira e a constituição norte-americana e o papel da suprema corte/eua e do Supremo Tribunal Federal/Brasil .....	52
3. O poder judiciário no Brasil e nos EUA .....	54

**Capítulo III**

<b>A Justiça Restaurativa: um resgate, ainda que tardio, das vítimas de delitos</b> .....	57
<i>Selma Pereira de Santana</i>	
1. Introdução.....	57
2. O redescobrimto da vítima.....	68
2.1. O contributo da Criminologia / Vitimologia.....	71
2.2. A condição da vítima no âmbito do processo penal.....	73
3. A Justiça Restaurativa.....	75
3.1. A Justiça Criminal consensual.....	77
4. Referências bibliográficas.....	84

**ARTIGOS DO CORPO DISCENTE****Capítulo I**

<b>O Direito Ambiental e a Reciclagem</b> .....	91
<i>Ana Carine Barros Ribeiro</i>	
1. Introdução.....	92
2. Contexto histórico do direito ambiental.....	93
3. A questão da educação ambiental.....	100
4. A grande questão do crescimento e/ou desenvolvimento econômico....	102
5. A reciclagem no meio ambiente e social.....	102
6. Conclusão.....	105
7. Referências bibliográficas.....	106

**Capítulo II**

<b>Direitos da concubina</b> .....	107
<i>Ana Carolina Belitardo de Carvalho Miranda</i>	
1. Introdução.....	107
2. Escorço histórico: a tutela jurídica.....	108
3. O dever de fidelidade recíproca.....	111
4. O que é adultério para o direito.....	113
5. A distinção entre concubina e companheira.....	113
6. O poliamor.....	114
7. O pronunciamento dos tribunais.....	115
8. Direitos do(a) amante e os ramos do direito.....	116
9. Conclusão.....	118
10. Referências bibliográficas.....	118

**Capítulo III**

<b>Precentes judiciais no Brasil e afirmação de um Direito Judicial Criativo</b> .....	121
<i>Analu Paim Cirne</i>	

1. Introdução.....	121
2. Precente judicial nas diferentes famílias jurídicas .....	122
3. Conceito de precedente à luz do ordenamento jurídico pátrio .....	128
4. A criatividade do direito judicial e o papel de fonte do Direito assumido pela jurisprudência .....	132
5. Conclusão .....	139
6. Referências bibliográficas .....	139

## Capítulo IV

### **Reconstrução da responsabilidade contratual na sociedade de risco – o “lançador de alerta”** .....

*Camilo de Oliveira Carvalho*

1. Introdução.....	141
2. O Direito Ambiental Fundamental .....	142
3. A perspectiva constitucional-ambiental: reconstrução da relação contratual .....	143
4. A relação contratual reconstruída. Vínculo essencial para a afirmação do estado ambiental interventor....	145
5. A responsabilidade contratual das partes no Direito Ambiental a despertar um magno: o “lançador de alerta” .....	147
6. O “lançador de alerta” no Estado ambiental interventor .....	149
7. A modernidade reflexiva e a regularização das condutas do lançador de alerta .....	154
8. Considerações finais .....	155
9. Referências bibliográficas .....	155

## Capítulo V

### **Retratção do Direito no Cinema: entre a realidade e a ficção** .....

*Claiz Maria Pereira Gunça dos Santos*

1. Introdução.....	157
2. O Direito na sua essência .....	158
3. Conceituações relevantes .....	160
3.1. Advogado .....	160
3.2. Cinema .....	161
3.3. Percepção .....	161
4. O Direito no Cinema .....	162
4.1. Uma experiência didática .....	162
4.2. Análise crítica de algumas produções cinematográficas .....	163
4.2.1. Doze Homens e uma Sentença .....	163
4.2.2. O Homem que Fazia Chover .....	164
4.2.3. O Advogado do Diabo .....	165
4.2.4. Justiça .....	166
5. Considerações finais .....	167
6. Referências bibliográficas .....	168

## Capítulo VI

### Princípios aplicáveis ao processo administrativo:

#### análise do princípio da motivação ..... 169

*Clara Meira Costa Sampaio*

1. Introdução.....	169
2. Processo Administrativo.....	170
2.1. Conceito de Processo Administrativo.....	170
2.2. Importância do processo administrativo.....	171
3. Princípios do Processo Administrativo.....	172
3.1. Conceito de Princípio.....	172
3.2. Princípios explícitos e implícitos do Processo Administrativo... ..	172
3.3. Princípios explícitos do Processo Administrativo.....	173
3.3.1. Princípio da Legalidade.....	173
3.3.2. Princípio da Finalidade.....	174
3.3.3. Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade.....	174
3.3.4. Princípio da Moralidade.....	174
3.3.5. Princípios de ampla Defesa e do Contraditório.....	175
3.3.6. Princípio da Segurança Jurídica.....	175
3.3.7. Princípio do Interesse Público.....	175
3.3.8. Princípio da Eficiência.....	175
4. Princípio da Motivação.....	176
4.1. Conceito.....	176
4.2. Motivo e Motivação.....	176
4.3. Hipóteses.....	177
4.4. Motivação dos atos vinculados e discricionários.....	177
4.5. Finalidade e Importância.....	179
5. Conclusão.....	180
6. Referências bibliográficas.....	181

## Capítulo VII

### Entre o *alter* e o *ego*:

#### instrumentos contemporâneos para uma ética contratual..... 183

*Daniel Pires Novais Dias*

1. Introdução: o contrato sob uma perspectiva civil-constitucional.....	183
2. Boa-fé objetiva nos contratos: tutela da confiança nas relações contratuais.....	185
3. Abuso de direito: relativização dos Direitos sob a perspectiva civil-constitucional.....	187
4. Princípio da equivalência material das prestações: proporcionalidade das prestações e previdência contratual.....	189
5. Função social (do contrato) e <i>inteligência coletiva</i> : a ética (contratual) pelo olhar de uma formiga.....	190
6. Conclusão: proposta para uma hermenêutica integrativa.....	193
7. Referências bibliográficas.....	194

**Capítulo VIII****O processo administrativo como instrumento****de garantia dos cidadãos administrados** ..... 197*Fernando Nunes de Miranda*

1. Introdução..... 197
2. O processo administrativo como garantia do binômio “poder-dever” ... 199
3. Processo administrativo entre a formalidade e a informalidade..... 202
4. O processo administrativo como complemento da defesa jurisdicional ... 203
5. Conclusão ..... 204
6. Referências bibliográficas ..... 205

**Capítulo IX****Até que ponto iguais, até que ponto diferentes: discussão****sobre a igualdade e a Lei Maria da Penha**..... 207*Francisco José Portela Neto*

1. Introdução..... 208
2. Entendendo a Lei nº. 11.340 ..... 209
  - 2.1. Formação Histórica ..... 209
  - 2.2. Quem é Maria da Penha ..... 210
  - 2.3. Alterações trazidas pela Lei ..... 211
3. Divergências quanto a sua constitucionalidade: ADC-19 ..... 211
4. Igualdade e constitucionalidade:
  - uma análise a luz da Teoria de Celso Antônio Bandeira de Mello ..... 214
  - 4.1. Problemática da Igualdade ..... 214
  - 4.2. Análise doutrinária..... 215
  - 4.3. Fator Individualizador..... 216
  - 4.4. Lógica do *discrimen*..... 217
  - 4.5. Conformidade Constitucional: ..... 219
5. Conclusão ..... 220
6. Referências bibliográficas ..... 220

**Capítulo X****Direito e Movimentos Sociais:****As Relações Políticas e a necessidade da Emancipação**..... 223*Fredson Oliveira Carneiro*

1. Introdução..... 223
2. A política e as principais correntes teóricas ..... 224
3. A primeira crise do marxismo: a ascensão e a queda do reformismo ... 227
4. Os novos movimentos sociais – NMS..... 229
  - 4.1. Construção histórica dos Direitos Sociais ..... 229
  - 4.2. Conceitos e formas de luta ..... 231
5. A necessidade da emancipação..... 233
6. Conclusão ..... 236
7. Referências bibliográficas ..... 237

**Capítulo XI**

<b>O novo contrato de estágio</b> .....	239
---	-----

**Marcos Augusto Nascimento Passos**

1. Introdução.....	239
2. Características do Direito do Trabalho.....	240
2.1. A tendência expansionista do Direito do Trabalho.....	241
3. Contrato de estágio. Aspectos gerais e a Lei n. 6494/1977.....	243
4. O novo contrato de estágio e a Lei n. 11788/2008.....	244
4.1. Fundamentos do Estágio.....	244
4.2. O desempenho das atividades de estagiário.....	245
4.3. Inovações da Lei n. 11788/08.....	245
4.3.1. Espécies de estágio.....	246
4.3.2. Obrigações do concedente e do estagiário.....	246
4.3.3. Direitos do estagiário.....	247
4.3.4. Limitação de estagiários por estabelecimento.....	249
5. Conclusões.....	249
6. Referências bibliográficas.....	250

**Capítulo XII**

<b>A violência policial e o Estado de Direito no Brasil</b> .....	251
---	-----

**Max Bandeira**

1. Introdução.....	251
2. Os princípios do Estado de direito e sua fragilidade.....	253
3. A violência policial e o desafio da consolidação do Estado democrático de direito no Brasil.....	257
4. Considerações finais.....	261
5. Referências bibliográficas.....	262

**Capítulo XIII**

<b>Direito à imagem do indiciado ou Direito do Estado à imagem do indiciado? Considerações sobre o desprestígio da imagem do sujeito-objeto das investigações policiais.</b> .....	265
--	-----

**Moisés Moreira Vieira**

1. Introdução.....	266
2. O direito à imagem do indiciado e a minimização do princípio da inocência: os reflexos da <i>persecutio criminis</i> na esfera social.....	268
3. A restrição da publicidade na fase inquisitiva da <i>persecutio criminis</i> e o caráter sigiloso do inquérito policial como meios de defesa do Direito à imagem do indiciado.....	270
4. Conteúdo do direito à imagem do indiciado e do Direito à informação da sociedade: bases para o entendimento da colisão.....	272
5. A colisão entre o direito à imagem do indiciado e o Direito à informação da sociedade: tentativa de solução do conflito pela aplicação do postulado da proporcionalidade.....	275

6. Considerações finais .....	281
7. Referências bibliográficas .....	283

### Capítulo XIV

<b>Prioridade na tramitação processual para portadores de câncer .....</b>	<b>285</b>
--	------------

#### *Tiago de Oliveira Rumler*

1. O câncer e as dificuldades no seu tratamento .....	286
2. A prioridade na tramitação processual para os idosos .....	287
3. Do tratamento jurídico especial oferecido aos portadores de câncer .....	288
4. Da diminuta expectativa de vida dos portadores de câncer .....	289
5. Do projeto de lei .....	290
6. Os princípios alusivos a questão da prioridade na tramitação processual..	290
6.1. Do princípio da dignidade da pessoa humana .....	290
6.2. Do princípio da igualdade .....	291
6.3. Do princípio da eficiência na prestação jurisdicional .....	294
7. Da aplicação analógica do art. 121 do CPC para litigantes portadores de câncer .....	295
8. Da aplicação direta dos princípios supracitados .....	296
9. Conclusão .....	298
10. Referências bibliográficas .....	298

## ARTIGOS DOS BACHARÉIS

### Capítulo I

#### **Créditos Previdenciários em face de acordos**

<b>celebrados após a Sentença Trabalhista .....</b>	<b>303</b>
---	------------

#### *Patrícia Pinheiro Silva*

1. Introdução .....	303
2. Interpretação do §6º do art. 832 da CLT .....	304
2.1. Das razões constitucionais .....	306
2.1.1. Hipótese de incidência tributária na literalidade da Constituição .....	306
2.1.2. Principiologia constitucional .....	309
2.2. Da expectativa de direito .....	311
2.3. Da conciliação judicial .....	312
2.4. Da acessoriedade dos créditos fiscais .....	313
2.5. Correligionários da tese nos meios institucionais e jurisdicionais ..	314
3. Aspectos críticos da tese defendida .....	315
4. Considerações finais .....	319
5. Referências bibliográficas .....	322

